

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC - CENTRAL DE LICITAÇÕES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 10/2015

1 - JUSTIFICATIVA

O Município de Timbó/SC, juntamente com a Secretaria de Educação, lançou o edital de Chamada Pública n.º 01/2015 para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), em conformidade com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 26/2013 pelo período de fevereiro a dezembro de 2015, tendo como regras de classificação de fornecedor o valor e a ordem de apresentação das propostas.

A Resolução/CD/FNDE n.º 25/2012 no artigo 2º, limita o fornecimento de venda por agricultor familiar ao valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP Declaração de Aptidão ao PRONAF – Programa Nacional de Alimentação Escolar) ano.

Dentre os alimentos elencados na chamada pública, está o fornecimento de 11.393 (onze mil trezentos e noventa e três) quilos de maçã, quantidade esta que ultrapassa o limite de valor estabelecido por fornecedor, imputando a necessidade de aquisição do produto de mais de um fornecedor.

Assim, considerando os critérios estabelecidos no edital de chamamento, tem-se como segundo colocado para o fornecimento do produto, o agricultor familiar Sr. Sebastião Nunes Seifert, o qual fornecerá 4.600 (quatro mil e seiscentos) quilos de maçã durante o aludido período.

Sendo assim se faz necessário instaurar este procedimento administrativo de dispensa de licitação para o alimento supracitado, nos moldes do artigo 24, inciso XII da Lei n.º 8.666/1993 (Art. 24. *É dispensável a licitação: (...) XII - nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;*).

Timbó/SC, 16 de janeiro de 2015

ALINE BURGER

Diretora de Educação

2 - DELIBERAÇÃO

Com fundamento na referida justificativa, APROVO nos seus termos, ficando a Central de Licitações com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação (inclusive as publicações e expedições dos documentos atinentes à espécie), zelando pela plena consolidação das formalidades legais.

Timbó/SC, 16 de janeiro de 2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTOR DO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios (maçã) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 26/2013 pelo período de fevereiro a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

1.1 - QUANTIDADE E VALOR

Item	Descrição	Und. medida	Qtd total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2	MAÇÃ - nacional, de primeira qualidade, apresentação, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e/ou mecânicos, oriundos do manuseio e transporte. Validade semanal. <i>Núcleos de Educação Infantil:</i> 3.476 kg <i>Escolas:</i> 5.964 kg <i>Unidades Pré Escolares:</i> 1.953 kg	Quilo	4.600	4,30	19.780,00

1.2 - VIGÊNCIA: fevereiro a dezembro de 2015.

2 - DA PROPOSTA

2.1 - Dotações orçamentárias a serem utilizadas:

<i>Dotação Utilizada</i>	
<i>Código Dotação</i>	<i>Descrição</i>
4	SECRETARIA DE EDUCACAO
3	ENSINO FUNDAMENTAL
12	EDUCACAO
361	ENSINO FUNDAMENTAL
22	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE

2052	MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FU
3390300700	GENEROS DE ALIMENTACAO
13760	Outras Transf. FNDE - PNAE

3 - DA PUBLICAÇÃO

3.1 - VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM)

3.2 - DATA DA PUBLICAÇÃO: 20/01/2015

4 - EXECUTOR

SEBASTIÃO NUNES SEIFERT, com CPF sob o n.º 004.302.749-04 e RG sob o n.º 4.868.708, residente Rua Pedro Povaluk, n.º 443, bairro: centro, CEP: 89.370-000, Papanduva/SC.

5 - DADOS BANCÁRIOS DO EXECUTOR

Banco do Brasil, agência n.º 2389.2, conta corrente n.º 8854.4

6 - RAZÃO DA ESCOLHA

O Executor desta dispensa de licitação foi o segundo colocado a apresentar projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, atendendo as condições do chamamento público ao item maçã e respeitando o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF – Programa Nacional de Alimentação Escolar). Este valor fixado está previsto na Resolução/CD/FNDE n.º 25/2012 em seu artigo 2º.

7 - JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO

De acordo com o artigo 26, *parágrafo único*, inciso III da Lei n.º 8.666/1993, mediante verificação da conformidade do orçamento do Executor juntado à Chamada Pública n.º 01/2015, com o preço corrente/compatível no mercado, fica justificado o valor fixado no presente procedimento de dispensa de licitação, vindo a refletir o total de gasto com a prestação de serviço com o Município.

Timbó/SC, 16 de janeiro de 2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

PARECER JURÍDICO

Em razão do artigo 38, inciso VI da Lei n.º 8.666/1933, cabe a esta Procuradoria manifestar-se quanto à legalidade de tal procedimento de dispensa de licitação, com fulcro no artigo 24, inciso XI da Lei n.º 8.666/1993 apresentado, ressalvando a necessidade de cumprimento do que ora estabelecido no artigo 26 da Lei n.º 8.666/1993.

Diante dos fatos apresentados, em especial a ocorrência de competente processo de Chamada Pública n.º 01/2015 para cadastramento de fornecedores, para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), nos termos dos art's 2º, inciso V, e 14, § 1º da Lei n.º 11.947/2009, e Resolução CD/FNDE n.º 38/2009, alterada pela Portaria nº 25 de 04 de julho de 2012, e do agricultor/fornecedor escolhido ter sido regularmente habilitado no aludido credenciamento por atender todas as exigências elencadas no respectivo certame, entendemos caracterizada hipótese para contratação através de Dispensa de Licitação, com supedâneo no art. 24, inciso XII da Lei n.º 8.666/1993. Ressalve-se, no entanto, a necessidade de cumprimento do estabelecido no art. 26 da Lei n.º 8.666/1993.

Timbó/SC, 16 de janeiro de 2015

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Procurador Geral do Município
OAB/SC n.º 20.107